MESA 4: Sustentabilidade

Traçar um cenário relacionado ao tema da sustentabilidade, tendo como horizonte de planejamento o ano 2016, necessariamente remete à discussão dos objetivos globais constantes da Declaração do Milênio, firmada em setembro de 2000 pelos 191 países-membro da ONU. Aquele documento estabeleceu um conjunto preciso de metas globais a serem atingidas em 2015, todas relacionadas, de uma forma ou de outra, ao tema da sustentabilidade sócioambiental: erradicar a pobreza e a fome, universalizar a educação primária, promover a igualdade entre os gêneros e a valorização da mulher, reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna, assegurar a sustentabilidade ambiental, combater a AIDS, e desenvolver uma "parceria global" para o desenvolvimento. Passados dez anos desde a assinatura do documento, e a apenas cinco do término do prazo nele estipulado, os participantes da mesa temática começaram as discussões por reconhecer que é grande a distância que se verificará entre as metas estabelecidas e o resultado a ser efetivamente alcançado em 2015/16.

Embora ao longo de toda a década de 2000, sustentabilidade tenha sido um conceito em voga no discurso de governos e organizações – fato que pode ser visto como positivo, pois mostra a sensibilização da sociedade para o tema –, infelizmente, isto não se refletiu em contribuições efetivas à constituição de formas de produção e consumo mais sustentáveis. Sinal disso, entre outros, foi o fracasso da Conferência sobre Mudanças Climáticas promovida pela ONU em 2009, que não conseguiu alcançar um protocolo de ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. No contexto brasileiro, embora compromissos com a sustentabilidade venham sendo incorporados ao discurso institucional de governos e organizações, muitas vezes isso ocorre apenas no discurso, sem maiores reflexões e sem mudanças de fato nos modelos de operação.

Crescimento econômico e padrões de produção e consumo. O mundo tem hoje estimados 1,5 bilhão de pessoas em situação de pobreza, boa parte delas concentrada naqueles países em que a renda per capita tem maiores previsões de crescimento. Isto impõe um problema a ser equacionado em curto prazo, relacionado à ampliação da capacidade de consumir destes contingentes populacionais: se por um lado não se questiona que sua inclusão econômica seja desejável, por outro ela não pode ser feita reproduzindo os padrões de produção e consumo consolidados nos últimos 200 anos. Nesse quadro, surge o desafio de conciliar crescimento e inclusão econômicos com modelos mais sustentáveis de desenvolvimento, que envolvam menor uso de recursos naturais. Em 2016, esse desafio ainda estará pendente de equacionamento.

Um diagnóstico muito semelhante é aplicável ao caso específico brasileiro. Ao longo da última década, cerca de 40 milhões de pessoas emergiram da pobreza e ingressaram na classe C, configurando o crescimento de uma "nova classe média", incorporada aos processos de produção e consumo. A se confirmarem os prognósticos de crescimento moderado e contínuo do PIB nos próximos anos, esse fenômeno se reverterá até meados da década. Até que ponto isto é sustentável, e quais estratégias de política pública se fazem necessárias para que ele possa ser considerado como tal, são questões que devem ocupar um lugar central no debate de cenários sobre sustentabilidade no Brasil ao longo da próxima década.

Desse debate, três aspectos em particular foram destacados pelos participantes: a agenda de investimentos do país, o papel da educação, e o papel a ser potencialmente desempenhado pelo Banco do Brasil nos próximos anos.

Investimento.
A sustentabilidade exige, igualmente, uma profunda mudança na forma de fazer negócios e de valorar projetos de investimento. Hoje em dia, a agenda de investimentos produtivos no Brasil obedece a critérios de avaliação econômica de curto prazo: têm mais possibilidade de conseguir recursos para financiamento, inclusive de linhas de crédito públicas como as do BNDES, aqueles projetos que apresentam melhor desempenho em seus indicadores de avaliação econômico-financeira. Isto acarreta claros conflitos com objetivos de promoção da sustentabilidade, que exigem investimentos com maturação maior e lucratividade menos imediata.
Nos termos de um dos participantes da mesa, "é necessário fazer urgentemente a transição de um modelo de valoração de curto prazo, que leva em conta apenas o bottom line econômico, para modelos mais abrangentes que considerem o triple bottom line: econômico, social, ambiental".

Educação.
Uma sociedade mais sustentável, que busque novos modelos de produção e consumo, exigirá a assimilação e disseminação de novos valores em um processo que durará bem mais do que o horizonte de cinco anos objeto da discussão. Para que isso seja possível, no entanto, o sistema educacional tem um papel chave. Neste tópico, as avaliações do grupo coincidiram, em boa parte, com as da mesa 1 ("Economia"): é necessária uma agenda de investimentos no sistema educativo em seus diversos níveis, com resultados de longo prazo.

Dentro dessa avaliação, no entanto, um ponto em particular recebeu especial atenção dos debatedores: o papel a ser desempenhado desde já na formação de gestores, seja em cursos de graduação ou de educação executiva nas diversas áreas de negócios. As escolas brasileiras, embora tenham incorporado o discurso e os jargões da



sustentabilidade, ainda não preparam profissionais efetivamente equipados para lidar com os desafios da sustentabilidade. Nesse sentido, uma revisão dos currículos da educação gerencial foi apontada como recomendável.

Papel do BB.
Um último tópico que recebeu destaque nas discussões está relacionado ao papel que o Banco do Brasil pode passar a exercer como agente indutor da sustentabilidade. Pela sua presença em todo o território do país, pela sua capilaridade e pela posição de liderança que ocupa nas comunidades economicamente desprivilegiadas em que opera, ele tem condições de exercer um papel de formação cidadã para a sustentabilidade.

Por sua condição de banco público federal e uma das maiores instituições financeiras do país, atuar como agente indutor de desenvolvimento já faz parte da atuação do banco, por exemplo em questões como a inclusão financeira. Acrescentar a esse papel uma dimensão adicional voltada à formação de uma cultura de sustentabilidade foi identificado como ação estratégica a ser desejavelmente perseguida pelo Banco.

